

Redes como estratégia de superação das contradições da economia solidária: concepções e práticas de treze redes de empreendimentos de artesanato em Porto Alegre — Brasil

Pedro de Almeida Costa

Fabio Bittencourt Meira

Ana Mercedes Sarria Icaza

Pedro de Almeida Costa

Professor adjunto da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

pacosta@ea.ufrgs.br

Fabio Bittencourt Meira

Professor adjunto da Escola de Administração e do Programa de pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

fabio.meira@ufrgs.br

Ana Mercedes Sarria Icaza

Professora adjunta da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

sarria.icaza@ufrgs.br

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que investiga as práticas e as concepções teóricas que orientam os sujeitos integrantes das redes de economia solidária da região metropolitana de Porto Alegre. Essa questão nasce de uma reflexão a respeito de uma contradição fundamental da economia solidária: o apoio numa prática discursiva de transformação radical da sociedade estando absolutamente imersa na sua teia de relações. Este artigo discute a estratégia de organização em redes como uma possível saída para tal situação. Para a pesquisa foram sondadas dezesseis redes de economia solidária da região de Porto Alegre–Brasil. Os resultados indicam pouco avanço no que poderia ser a superação dessa contradição, mas ainda assim apontam para um potencial de se continuar agindo reflexivamente na direção da organização em rede.

ABSTRACT

This article presents the results of a research that investigates the practical and theoretical concepts in use by the practitioners of solidarity economy networks in the metropolitan region of Porto Alegre. Developing a reflection on one fundamental contradiction of solidarity economy: the fact that it is supported by a discursive practice of radical social transformation being at the same time completely immersed in the social web of relationships. The article discusses the strategy of organizing networks as a possible mean to overcome such paradox. The research scanned 13 solidarity economy networks in the region of Porto Alegre, Brazil, aiming to apprehend subject's action and network implied and explicit understandings. The results indicate little progress in what might be the overcoming of that contradiction, but seems to indicate that it is worthy to keep going reflexively in the direction of network organizing.

Introdução

Após uma década de forte crescimento nos anos 2000, tanto como fenômeno social quanto como objeto de políticas públicas e de atividades de extensão e pesquisa acadêmicas, a economia solidária (ES) e a discussão a seu respeito enfrentam um desgaste. Os críticos apontam uma fragilidade enquanto projeto de transformação social, enfatizando certa funcionalidade à reprodução do sistema do capital (BARBOSA, 2007; BENINI e BENINI, 2010). A contradição é histórica, social e teórica, uma vez que a ES tem sua gênese ligada a uma intenção de superar o modo de produção capitalista (SINGER, 2000;2002). Nessas condições, torna-se necessário buscar nova compreensão do fenômeno em si, bem como reformular as estratégias de fomento: políticas públicas, instituições de apoio, assessoria etc.

O presente texto pretende contribuir com este processo de renovação tendo por base a experiência do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa, situado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEGA/UFRGS) e orientado à pesquisa e extensão. Foi a partir de uma reflexão crítica sobre a realidade da ES, que o NEGA/UFRGS iniciou em 2013 uma pesquisa visando aproximar-se das experiências de organização de empreendimentos de economia solidária (EES) articulados ou querendo articular-se sob a forma de *rede*. Os pesquisadores foram guiados, de um lado, pela curiosidade científica em face do fenômeno e, de outro, por uma preocupação extensionista com processos de incubação no âmbito da ES. Empiricamente, tomava corpo uma possível forma de inovação organizacional, o que poderia representar um novo elã interno ao movimento da ES, o que demandava ser investigado. Ao mesmo tempo, a aproximação com o fenômeno das redes se dava em função de uma reflexão a respeito do próprio processo de incubação de EES, que parecia haver atingido um esgotamento, apontando o limite da eficácia metodológica de apoiar empreendimentos isolados.

A problemática da pesquisa girava, portanto, em torno da organização e articulação de EES em formatos de rede, colocando-se uma questão: *quais práticas e concepções teóricas orientam as redes de ES atualmente existentes na região metropolitana de Porto Alegre?* Para responder a questão, foram estabelecidos dois objetivos específicos pautando os desdobramentos da pesquisa: (1) mapear e caracterizar as redes de EES de artesanato que existiam na região metropolitana de Porto Alegre; (2) identificar o(s) conceito(s) de rede implicitamente pressuposto(s) pelos atores nela(s) atuantes. Entendíamos que a coleta de evidências e sua colocação em diálogo com um referencial teórico que contemplasse uma discussão articulada sobre economia solidária e a noção de redes (como forma organizativa e possível saída para as contradições enfrentadas) seria possível responder à problemática proposta.

O presente artigo apresenta, então, uma revisão teórica que concentra foco em discutir o porquê do esgotamento da ES enquanto *promessa* de transformação social. Dois aspectos ganham relevo. Primeiro, os limites em efetivar um processo radical de transformação social que apontasse para a constituição de novas relações econômicas e sociais em sentido amplo. Segundo, o consequente alinhamento à reprodução capitalista, subordinando-se ao processo de crescente precarização do trabalho capitaneado pelo capital. O referido embasamento busca situar a ES naquilo que Queremos salientar que ao reputar essa contradição como fundamental não o fazemos parece ser sua contradição fundamental: o apoio na prática discursiva de transformação radical da sociedade estando absolutamente imersa numa teia aparentemente inescapável de relações dadas. Disso resulta uma funcionalização contraditória, mas bastante efetiva, à própria promessa da ES. Vale salientar que ao reputar essa contradição como fundamental não o fazemos no sentido de atribuir a ela um caráter de *origem*

a partir da qual todas as demais dificuldades e contradições se formam. A adjetivação procura simplesmente salientar uma contradição que, tanto do ponto de vista empírico quanto teórico, tem se mostrado persistente e de difícil superação. Complementa-se o embasamento teórico com uma revisão a respeito do conceito de redes. A intenção é refletir sobre os propósitos estratégicos desse formato de organização—as redes de organizações—e seu significado, como uma resposta eficaz à contradição.

Na sequência, apresenta-se uma seção que explicita os procedimentos metodológicos da pesquisa, seguida da exposição analítica da problemática apresentada. O presente texto, evidentemente, não constitui resposta categórica para a questão por conta das limitações teórico-metodológicas e da impossibilidade de generalização dos achados da pesquisa. As reflexões e críticas aqui produzidas são provisórias e vieram a subsidiar, de fato, ações de extensão ainda em curso no NEGA/UFRGS e, portanto, estão sendo validadas ao mesmo tempo que são recompostas e reconstruídas reflexivamente no âmbito das ações de pesquisa e extensão. Estamos apoiando a formação e consolidação de uma *cadeia produtiva solidária*, atuação esta que tem se valido dessas reflexões iniciais e provisórias e também deverá ser objeto de semelhantes reflexões, à medida que o trabalho avançar. Vale salientar que a inflexão crítica do texto não significa postura de ataque ou incredulidade diante do projeto ético-político defendido no discurso da ES, tampouco um posicionamento intelectual que aponte nesta direção. Ao contrário, e como já salientado, entendemos que o exercício acadêmico expressa também uma luta social que, sem poder prescindir da reflexão crítica e do aporte teórico correspondente, constitui uma *práxis* social transformadora. Com esta intenção convidamos o leitor ao debate.

1. Embasamento teórico

Esta seção apresenta algumas considerações teóricas que caracterizam a contradição manifesta nos limites da ES como projeto transformador exposto às próprias características e constrangimentos das relações que pretende mudar. Apresenta, ainda, algumas considerações e reflexões sobre a noção de *redes*, pensadas como estratégias de organização que podem significar uma tentativa de superar essa contradição.

• A economia solidária e suas contradições

A ES parece conviver com contradições desde que algumas práticas de organização do trabalho passaram a receber, no Brasil, esse nome. Barbosa (2007) identifica uma retórica concentrada «... num discurso auto-referenciado de defesa das virtudes anticapitalistas nomeadas pelos sujeitos sociais envolvidos» (p. 89). No mesmo sentido, Moura, Zucchetti e Mendes (2011, p.138) questionam o emprego de «... uma palavra predefinida para se nomear uma experiência, uma palavra que carrega uma conotação política, nomeia-se a experiência a partir de contexto previamente representado por uma dimensão política e acadêmica. Isso, por si, imprime uma marca e define uma história.»

As experiências de ES, em alguma medida, testemunharam a construção de um discurso *performático* e *mítico* (BARBOSA, 2007) em torno de si, o qual mostrar-se-ia mais efetivo para convencer do que para propriamente descrever e explicar as experiências e as práticas, e o seu sentido social. É o discurso presente, por exemplo, em Paul Singer, autor mais citado na produção intelectual brasileira sobre ES, segundo estudo bibliométrico de Calbino e Paula (2013). Para ele, «o programa da ES se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante» (SINGER, 2002, p.112).

É ainda o discurso político proferido e defendido em espaços como as plenárias de ES. Veja-se, por exemplo:

A economia solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (CARTA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003).

Em 2012, a temática proposta pelo movimento na última plenária nacional identificava ES, bem viver, cooperação, autogestão além de desenvolvimento justo e sustentável.

Evidentemente, a ES não é somente um discurso ou uma invenção de intelectuais e militantes, contudo a distância entre discurso e prática é inegável e não pode ser desconsiderada numa análise que pretenda ser verdadeiramente crítica. Apontar essa distância não constitui negação ou desacordo com o próprio discurso, trata-se somente de deixar evidente a lacuna que sinaliza o não cumprimento da *promessa* nele contida. Isto restringe os sujeitos envolvidos diretamente nas experiências, distanciando seu modo de vida efetivo das condições desejadas.

O dilema não é novo. O próprio Singer (2002, p.116) apontava que «... a questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção *intersticial*, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma *geral* de organizar a economia e a sociedade [...] (grifos do autor). Meira (2014) sustenta que talvez a condição *intersticial* ou *liminar* não seja meramente um lugar passageiro da economia solidária num processo que se imagina histórico de superação do modo de produção capitalista, ou de construção de um modo de produção *superior*, como sustenta Singer.

Estaríamos, antes, diante da *liminaridade* como uma condição permanente das experiências. Nessa condição, o interstício é um *lugar* social no qual se constroem e acontecem relações sociais ao mesmo tempo dentro e à margem da estrutura social e que, por isso, aparentam ser uma condição marginal passageira, por ser inclassificável segundo os critérios dessa mesma estrutura, constituindo uma espécie de anti-estrutura. É isso que caracteriza essa condição como permanente, e permite olhar para as experiências como organizações liminares: aquelas que são «integradas negativamente na estrutura social» (MEIRA, 2014, p.718). Tal condição torna mais complexo o exercício de pensá-las como formas organizadas de resistência, contestação e, especialmente, mudança e transformação.

Outro olhar possível, que dilui ou contorna o dilema, é a noção de economia plural, sustentada por França Filho e Laville (2004). Os autores apoiam-se na ideia da existência concomitante de diferentes formas econômicas possíveis, o que tem contrapartida em padrões intersubjetivos diversos: a *domesticidade*, a *reciprocidade*, a *redistribuição* e o *mercado*. Pode-se imaginar a convivência, em uma mesma sociedade, de diferentes formas econômicas. Os autores apontam que a ES caminha no sentido de ser uma *Economia Plural*, na qual convivem princípios mercantis, não-mercantis e não-monetários simultaneamente. A dificuldade em defender uma economia plural na modernidade, passa pela dicotomia pressuposta as dimensões social e econômica. Tudo se passa como se ambas fossem fenômenos ou esferas distintas e independentes entre si. Assim, a ressignificação das práticas econômicas integradas às relações sociais seria o principal desafio para que se pudessem sedimentar o convívio de distintas práticas econômicas.

Tomando a ES entendida a partir de perspectivas de convivência *na* ou *com* a economia capitalista, revela-se frágil a promessa de transformação. Restaria o discurso da

economia solidária enfraquecido na sua cruzada de transformação social radical ou de *superação* dialética do modo de produção capitalista. Sem condições de oferecer resistência, as experiências tendem a ser funcionais ao capital e suas crises, amortecendo e minimizando os impactos sociais do desemprego e da precarização do trabalho (BENINI; BENINI, 2010). Barbosa (2007) vai mais além, reputando a economia solidária como *mais uma* forma de precarização do trabalho. A mesma autora aponta que o fomento da economia solidária pelo Estado e pelas chamadas organizações de apoio chega a ser o um *consentimento ativo* com a hegemonia do capital, que estaria a contribuir sensivelmente com um processo de «passivização» da pauta dos movimentos sociais e com o abandono de bandeiras históricas da classe trabalhadora, além de despolitizar a relação entre Estado e sociedade civil. Ainda que se possa discordar do tom e do peso crítico dessas considerações, elas são uma forma de olhar para a questão não resolvida de descompasso entre discurso e prática das experiências. Apesar da consistência dessas críticas e considerações, a ES permanece uma incógnita teórica e uma prática contraditória, além, evidentemente, de uma realidade material e histórica que não pode ser apagada por suas contradições.

• **Redes como teoria e como estratégia organizativa**

Esta seção revisa algumas noções sobre redes, em especial no contexto da ES, de modo a tornar possível a discussão das práticas nelas inscritas. A discussão leva a problematizar a visão de redes como estratégias deliberadas que potencializem as experiências, os seus pressupostos, e os seus objetivos.

Para Mance (2005, p. 1), redes se constituem unicamente a partir de sujeitos (coletivos ou individuais) que se apoiem reciprocamente e que mantenham entre si relações de autonomia e de complementaridade. Os sujeitos devem permanecer «em sua própria condição de distinção,

integrados aos demais em processos de constante devir». É relevante assinalar o caráter ambíguo entre individualidade e coletividade para não se perder de vista que ao as redes remetem imediatamente a relações sociais específicas. O autor define a *consistência* de uma rede a partir da qualidade, frequência e intensidade das relações entre os sujeitos que a compõem, consideradas sob dois aspectos. Primeiro, sua emergência histórica permite identificar como essas relações foram sendo construídas e como elas foram desenvolvendo potencialidades coletivas que não são identificadas nos indivíduos tomados isoladamente. Segundo, pensar «... em que medida tal estágio de consistência pode subverter as estruturas de opressão responsáveis pelo surgimento das questões enfrentadas pelos diversos atores sociais singulares que se integram nessas redes, como forma de ampliar os seus poderes em suas lutas por libertação.» (MANCE, 2005, p.2).

No mesmo sentido, França Filho e Cunha (2009, p.729) apontam que «uma rede de ES significa uma associação ou articulação de vários empreendimentos ou iniciativas de ES com vistas a constituição de um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos». Tais redes se constituiriam pela dificuldade de empreendimentos isolados enfrentarem um mercado concorrencial sem as devidas condições estruturais necessárias para isso, e, ao mesmo tempo, sem apelar para a «... incorporação de lógicas de funcionamento privado que comprometem o propósito e a finalidade original da iniciativa» (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009, p.728).

As redes, portanto, podem ter na sua origem a ideia de apoio mútuo para dar conta de limites que os componentes isolados não conseguem superar, mas que desejam superar como uma situação na qual está suprimida ou comprometida a sua liberdade, em termos da capacidade de reprodução material da vida. Para além desse processo de resistência e lutas imediatas, as redes de ES poderiam significar

articulações políticas, econômicas e culturais que apontam, por exemplo, para «... a realização planetária de uma nova revolução, capaz de subverter a lógica capitalista de concentração de riquezas e exclusão social» (MANCE, 2005, p.2), ou para «... uma estratégia complexa de cooperação para o desenvolvimento local» (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009, p. 729). Esta potencialidade é aqui alvo de análise, a na pesquisa apresentada a seguir.

2. Procedimentos de pesquisa

Para alcançar os objetivos propostos, foi necessário conhecer as redes de economia solidária que se articulavam no estado do Rio Grande do Sul (RS) e principalmente na região metropolitana de Porto Alegre (RMPA). A escolha recaiu sobre redes que reunissem EES cuja atividade fosse o artesanato, em função do interesse do NEGA/UFRGS pela atividade artesanal e pelo que ele apresenta em termos de modos alternativos de organização do trabalho. O recorte territorial pela RMPA deve-se à viabilidade econômica e técnica de pesquisa.

2.1. População e amostra

O mapeamento inicial das redes existentes foi feito a partir do conhecimento prévio dos pesquisadores, somada à indicação de alguns atores-chave históricos no movimento. No total, foram mapeadas 16 redes e seus respectivos contatos, sendo que três delas acabaram descartadas por diferentes motivos. Decidiu-se incluir na pesquisa quatro redes em fase de formação, articuladas sob a forma de cadeias produtivas, a partir de uma política pública de fomento do governo do RS. No momento da pesquisa, apresentavam características de redes nascentes, em que não há tênue evidência de interdependência e encadeamento de atividades.

2.2. Coleta e organização dos dados

A estratégia adotada foi realizar entrevistas com pessoas de referência ou lideranças de cada uma das redes. Nas redes organizadas a partir de iniciativas de organizações de apoio e fomento, procurou-se os gestores ou técnicos dessas organizações. Noutros casos, a coordenação do fórum, a coordenação das redes de comercialização ou produção e lojas, o que levou a entrevistar as artesãs eleitas ou designadas por seus pares. Em relação às cadeias produtivas, a entrevistada foi a gestora do departamento responsável pela concepção e execução da política pública. No total foram realizadas 13 entrevistas.

Num segundo momento, buscou-se organizar oficinas para viabilizar uma entrevista coletiva, quando reuniram-se mais artesãs representantes de cada EES componente das redes. O objetivo era propiciar a reflexão coletiva a respeito das questões que motivaram a pesquisa. Havia o pressuposto de que entrevistas individuais poderiam resultar restritas a uma visão parcial e pessoal de um fenômeno essencialmente coletivo. As entrevistas e a condução das oficinas foram feitas por equipes com dois ou três integrantes, compostas por pesquisadores, técnicos e bolsistas do NEGA/UFRGS. Com duração aproximada de uma hora e trinta minutos cada uma dessas atividades foi registrada em gravação de áudio, para posterior análise qualitativa. Conseguiu-se realizar oficinas nas redes em que a equipe de pesquisa negociava um tempo nas agendas de encontros, formações, reuniões e oficinas que as redes, por si mesmas, já tinham planejado realizar. Especialmente nas redes formadas a partir de lojas ou pontos de comercialização, a coleta de dados resultou intermitente por ser frequentemente interrompida. Nesses espaços é quase impossível ter tempo para uma entrevista de uma hora ou mais. Foi assim que os pesquisadores incluíram a estratégia de observação direta combinada com a entrevista, elaborando relatos de

campo como complemento da análise qualitativa dos dados coletados. Não foi possível realizar a oficina com uma as redes, em função das limitações de agenda dos sujeitos pesquisados.

2.3. Enquadramento da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa com objetivos exploratórios e também descritivos, segundo classificação de Prodanov e Freitas (2009). Buscava-se conhecer e descrever algumas características principais de um fenômeno com o qual os pesquisadores tinham intenção de futuramente se aprofundar em outras pesquisas e também poder incidir a partir de ações de extensão. A pesquisa apresenta traços de uma pesquisa participante, no sentido que lhe é atribuído por Brandão (1984, 1985).

3. Apresentação e discussão dos dados da pesquisa

A seguir, os principais dados levantados pela pesquisa de campo são apresentados e problematizados. A organização da exposição é orientada pela discussão a respeito da concepção de rede que permeia e orienta as práticas das organizações na RMPA.

3.1. A caracterização das redes

As redes apresentadas guardam relação direta com o discurso da economia solidária, e se identificam e reconhecem como *redes solidárias*. Observou-se que as redes possuem caráter distinto em função de sua formação ou origem. Algumas nascem com finalidade direta de produção e comercialização coletiva por parte dos artesãos ou dos EES que representam, em geral são articuladas por entidades de apoio e fomento à economia solidária (EAF), normalmente com origem em projetos de financiamento próprio ou de terceiros. Outras são formadas unicamente em torno da comercialização, que demandam algum tipo de organização

coletiva para manter e gerir os espaços compartilhados e as dinâmicas neles implicadas. Há ainda as cadeias produtivas organizadas e fomentadas pela política pública estadual de ES, e o próprio fórum municipal de economia solidária, que foi considerado uma rede por ser o elo central (*hub*) dos processos de articulação política que agregam os EES e artesãos em torno de lutas comuns.

A rede mais antiga é chamada *Etiqueta Popular*, composta por artesãs de oito empreendimentos. O nome designa dois espaços públicos cedidos pela prefeitura de Porto Alegre para a autogestão coletiva de grupos de artesanato, no âmbito de uma política pública de fomento à ES, do início dos anos 2000. A segunda rede se organiza em torno do espaço chamado *Contraponto*, um entreposto de comercialização de produtos de alimentação, vestuário e artesanato dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O projeto foi elaborado pelo Núcleo de Economia Alternativa (NEA/UFRGS) e inclui uma edificação biossustentável financiada pela FINEP, que funciona como uma loja dentro do *campus*. Uma rede de dez empreendimentos vende seus produtos no local, com apoio técnico do NEA/UFRGS nos processos e gestão coletivos. A terceira rede de comercialização usava um espaço locado desde 2009 pela Unisol Brasil junto ao sindicato dos bancários de Porto Alegre, no centro da cidade e em um prédio histórico onde também funcionam atividades culturais como cinema, biblioteca e exposições. No momento da entrevista, cinco empreendimentos expunham produção de vestuário e artesanato no local. Em janeiro de 2014, o contrato de locação foi rompido, pois seu custo não era mais viável, e os grupos tampouco tinham condição de se revezar para manter todos os turnos de atendimento da loja.

Em comum, essas três experiências de comercialização em lojas expressam uma das lutas e bandeiras históricas do movimento de ES, em especial do artesanato, em ter espaços

fixos de comercialização para além das feiras. Contudo, a apropriação desses espaços é problemática, no sentido de que os empreendimentos enfrentam dificuldades de administração coletiva dos espaços, sobretudo devido à disponibilidade de tempo que uma atividade comercial fixa demanda, percebe-se claramente os conflitos interpessoais decorrentes dessa situação. De um lado, parece haver o desejo do uso desses espaços como forma de potencializar as vendas e faturamento dos grupos e artesãs que os compõem, o que pode ser visto como uma estratégia de garantia de renda a partir de uma proposta solidária de trabalho. De outro, observa-se a dificuldade em vencer a contradição de uma *inserção* no mercado sem sacrificar os valores que evocam a solidariedade e o trabalho coletivo. Os próprios nomes, espaços e formas de apresentação dessas experiências mostram, em diferentes linguagens, a afirmação de modos alternativos de vida e de consumo, porém sua perenidade esbarra em constrangimentos econômicos externos e na dificuldade de discutir e encaminhar de modo construtivo os conflitos internos que o processo de autogestão suscita. Em todas as três redes mencionadas, a situação de frágil equilíbrio econômico está recorrentemente presente e combinada com a dificuldade de encaminhar o processo autogestionário de forma efetiva. Por isso, a busca de melhores condições de vida e de fortalecimento do empreendimento por meio da estratégia de organização em rede não logra resultados animadores.

Outras quatro redes pesquisadas estão ligadas a EAF. Tais entidades desenvolvem projetos de apoio a essas iniciativas populares, algumas com recursos próprios, outras a partir da captação de recursos públicos oriundos de políticas públicas, ou ainda de projetos que combinam essas duas origens. A primeira dessas é a chamada *Rede Ideia*, organizada com apoio da Avesol, em 2005. A partir de reflexões coletivas de grupos que já tinham, cada qual, algum tipo de apoio da entidade, eles vislumbraram a organização

em rede como forma de fortalecimento e superação das suas dificuldades. A *Rede Ideia* é composta por EES de artesanato e alimentação, a estratégia de apoio se dá pela participação em feiras promovidas em escolas e eventos ligados à congregação Marista. Outra rede é chamada *Rede de Comércio Justo e Solidário*, foi formada em 2013 com apoio da Fundação Luterana de Diaconia (FLD), para sensibilizar o público das escolas luteranas no RS para essa modalidade de consumo. A estratégia central consiste em realizar feiras nas escolas e em eventos da Igreja Luterana. O projeto também ambiciona fazer oficinas e capacitações com os vinte empreendimentos da rede, que não está restrita exclusivamente ao setor de artesanato. A terceira é rede da *economia feminista*, organizada pela ONG Guayi a partir do fomento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) às demandas feministas no campo da ES. É um projeto de caráter nacional cujo objetivo é fomentar e apoiar redes de comercialização nas quais se faça um diálogo com temáticas femininas. O esforço é a organização e articulação política dessas redes. A partir de um mapeamento nacional feito anteriormente, foram encontrados, no RS, cerca de 70 empreendimentos, dos quais 15 ligados a comunidades quilombolas que trabalham com artesanato étnico. A quarta rede é organizada a partir da Unisol Brasil, cuja estrutura organizacional contempla uma divisão setorial de artesanato. Em 2011, houve a iniciativa de formar uma rede de comercialização para organizar os processos de gestão e o desenho de produtos e coleções comuns a doze EES. No processo, foi cunhada a marca *Olhares do Sul* e produzida uma coleção de produtos de identidade visual própria. A rede contou com assessoria de uma *designer* para definir a coleção, a partir das habilidades e técnicas já sob domínio das artesãs.

Nesse conjunto de quatro redes observa-se o mesmo esforço de inserção nos circuitos de comercialização, além da mesma dificuldade de articulação coletiva entre grupos e empreendimentos. É relevante sinalizar que alguns empreendimentos faziam parte de mais de uma rede, evidência de uma trajetória de busca ativa em que as artesãs enxergam nas relações de apoio oportunidades de capacitação e também de financiamento para pequenos investimentos. Essas redes representam, principalmente, possibilidades concretas de participar de feiras e espaços viabilizados pelas EAF. Portanto, como visto anteriormente, há redes organizadas a partir de espaços fixos de comercialização, mas redes formadas a partir do fomento direto de EAF parecem significar algo além: são mobilizadas pelo acesso a recursos técnicos e financeiros que, de outro modo, inatingíveis aos integrantes isolados, bem como por oportunidades de comercialização no formato de feiras. Embora a estratégia de «espaços fixos de comercialização» seja tomada como uma esperança de maiores vendas, a estratégia de feiras não é abandonada e termina por constituir forte motivação para a organização coletiva dos grupos.

O terceiro conjunto de redes pesquisadas envolvia uma articulação ainda embrionária para formação de cadeias produtivas solidárias a partir de uma política pública para fomento específico de três formas de artesanato ligadas à tradição cultural do RS: escama de peixe, lã natural e ossos animais. Além dessas, uma outra cadeia produtiva compunha o programa de apoio governamental do RS, com a reciclagem do PET encontrado em garrafas plásticas. O objetivo da política pública era garantir que toda a cadeia de produção e comercialização fosse organizada a partir de EES, o que supostamente fortaleceria a iniciativa era o caráter de *estratégia de desenvolvimento*. Mas, esta arquitetura econômica apontava para um horizonte de «disputa» de uma visão de mercado solidário em contraposição ao

mercado competitivo e, portanto, alimentava-se de um ideário político que se buscava compartilhar entre os empreendimentos e sujeitos envolvidos. Novamente, muitos dos empreendimentos que estavam, no momento da entrevista, se colocando com interesse em participar do projeto, se filiavam às diferentes cadeias, além de fazerem parte das outras redes já mencionadas neste trabalho. Especialmente no artesanato, observa-se certa avidez pela aquisição de novas técnicas e o conhecimento de novos materiais. Assim, o convite a participar das cadeias parecia representar uma oportunidade de receber capacitações de modo a ampliar o portfólio de produtos, materiais e técnicas, além do acesso a recursos que viabilizariam adquirir máquinas e equipamentos. Evidentemente, a perspectiva de aumento das vendas era favas contadas.

A diversidade de tipos, objetivos e dinâmicas presentes nas redes de artesanato estudadas podem ser sintetizadas em dois eixos centrais de ação estratégia da perspectiva dos sujeitos pesquisados. De um lado, o quebra-cabeça mais evidente é a comercialização, mas os problemas de produção e logística estão implicados. De outro, a articulação política, sempre presente, mas com frequência parecendo ter caráter residual ao que é tido como fortalecimento econômico e organizativo da formação das redes.

3.2. A concepção de «rede» com que essas articulações estão trabalhando

Dos tipos diferentes de rede emergem visões distintas. Do grupo de redes voltado à constituição de cadeias produtivas, há uma concepção que aponta para o aprofundamento das relações na cadeia produtiva, vistos como reciprocamente dependentes, em função do encadeamento sucessivo das tarefas produtivas. Nas redes formadas e estimuladas por EAF, a noção de redes proferida é de que se trata de uma auto-organização dos empreendimentos, e o discurso

de seu fortalecimento é sempre presente. Tudo se passa como se a rede fosse imaneamente virtuosa. Expressões como «cooperar», «trabalhar juntos» e «solidariedade» são recorrentes nas falas, parece haver uma concepção de que para além da potencialização econômica dos empreendimentos, a ideia de coletivo em si é também um valor. O estímulo à auto-organização dos empreendimentos é frequente, mas em alguns momentos entra em contradição com a necessidade burocrática de direção do processo pelas entidades promotoras. Em uma dessas redes, por exemplo, a organização de fomento articula importante processo de venda dos serviços da rede de empreendimentos para uma organização pública, garantindo a demanda e o trabalho de um número significativo de pessoas.

Já a noção de rede que emerge entre os gestores desses projetos é de uma «potencialização» dos empreendimentos, promoção de capacitação técnica e formação política, eventualmente acesso a recursos como máquinas e equipamentos, e comercialização. Por vezes, há momentos para troca de conhecimento entre as artesãs ou para desenvolvimento coletivo de produtos, o que é fomentado por dinâmica externa (uma consultoria de design de produtos, por exemplo). Aqui os pesquisadores testemunharam determinadas práticas e articulações que os empreendimentos e as próprias artesãs não fazem isoladamente. Este testemunho em contraste com o conceito de rede proferido revela contradições importantes. Uma delas é o acento conceitual normativo, é muito forte a ideia de que é necessário estar organizado em rede para ser efetivo em certo tipo de enfrentamento das condições adversas, isto é tacitamente incorporado ou assimilado pelas artesãs. Esta normatividade é o contrário da flexibilidade e inovação que as noções de redes suscitam.

Um segundo conjunto de entrevistas junto a artesãs apresentam, por um lado, certa estranheza com a ideia de se organizarem como uma rede, e, de outro, o conceito papagaio,

que reproduz o discurso dos gestores das EAF. Os entrevistados do fórum municipal de ES solidária e da rede *etiqueta popular* declaram que não são redes. O primeiro, por se considerar uma instância de organização política, e a segunda, por se enxergar como um simples conjunto de empreendimentos que se reveza no atendimento das lojas. Muitas artesãs simplesmente repetem o discurso dos gestores de EAF, ao identificar nas redes um forte potencial de «cooperação» e «fortalecimento», fracassam ao serem incitadas a refletir. Observa-se que as noções não resultam de uma apropriação ou de reflexão crítica.

Quanto às cadeias produtivas, a entrevistada sinalizou um esforço em diferenciá-las das redes. Organizando todas as etapas produtivas de uma cadeia a partir de EES, garantir-se-ia, ao mesmo tempo, a independência do mercado capitalista. A possibilidade de apresentar-se como alternativa é também um processo que a entrevistada nomeou «desalienação do trabalhador», precisamente por colocá-lo na condição de enfrentamento explícito com o modo de produção capitalista, ao eliminar os «atravessadores». «Isto não acontece nas redes», declarou.

Não há, portanto, um conceito claro do que é rede para as entrevistadas. Salienta-se que as experiências apresentadas vivenciam clara e duramente a contradição e o dilema de inserção, disputa ou construção de alternativas ao mercado, ao mesmo tempo que procuram afirmar valores solidários de organização do trabalho. Tais dilemas e contradições, se já são difíceis de serem enfrentados no âmbito interno dos EES, parecem potencializar-se nas redes de EES. Por exemplo, o olhar das artesãs muitas vezes reconhece a rede não como uma articulação inter-organizacional, mas como uma relação simples entre pessoas, quase equivalente às relações internas que existem nos EES. As referidas «solidariedade» e «cooperação» são nitidamente pessoalizadas, assim como a sua ausência.

Não há uma fala que aponte para um empreendimento pouco solidário ou pouco cooperativo, mas para pessoas com essas características. Uma artesã refere que o nome do movimento deveria ser «economia solitária», pois muitas vezes os encargos políticos e organizativos ficam concentrados em uma única pessoa. Portanto a noção de rede implícita é de uma articulação entre pessoas. É também evidente que a visão que prevalece é instrumental: a rede é vista como um meio para atingimento de determinados fins, enquanto as suas características supostamente intrínsecas de educação e politização aparecem como ganhos reconhecidamente positivos, porém acessórios. Segundo um artesão entrevistado, as redes devem «fazer economia» e não somente formação, pois isso já existe em inúmeros espaços que os empreendimentos frequentam.

Em síntese, as redes pesquisadas aparentam estar subordinadas à dinâmica das entidades que as apoiam, adotar seu discurso e sua visão, além de terem um caráter predominantemente instrumental. Os olhares construídos pelos gestores das organizações apoiadoras e das artesãs diferem sutilmente quando se indaga o que é uma rede. Fica evidente a diversidade de tipos, objetivos e dinâmicas nas redes: o eixo principal para a articulação é a comercialização, mas os problemas de produção e logística entre os empreendimentos e as pessoas estão implicados nessa mesma articulação. Os aspectos políticos, que fazem das redes também espaços de articulação e de formação, são fortemente presentes, mas têm peso residual. É evidente também os ganhos e avanços organizativos, políticos e econômicos, porém sem contrapartida no arrefecimento dos conflitos e contradições já conhecidos ao nível dos empreendimentos. Tampouco é presente a expansão autopoietica das redes. O ingresso dos mesmos empreendimentos em várias redes diferentes e as mesmas dinâmicas e práticas encontradas em quase todas (formação, comercialização, etc) atestam

um movimento com ares solipsistas. Observa-se também a acanhada capacidade de estabelecer diálogos com outros movimentos e lutas sociais, com políticas públicas e com a própria sociedade, no sentido de fazer das redes também uma forma de empunhar a «bandeira» da ES.

Esta avaliação realista não deve incitar um abandono da estratégia, mas a necessária reflexão crítica para subsidiar o trabalho de potencializar as oportunidades que as experiências pesquisadas parecem representar. Aquilo que Mance (2005) chamou de consistência das redes parece ainda estar por ser desenvolvida. As evidências apresentadas não permitem concluir que estão presentes relações sociais fortes e capazes de potencializar as virtudes coletivas que as experiências poderiam construir. Talvez a própria fragmentação dos processos de apoio, repetindo nas várias EAF estratégias semelhantes de organização, possa agravar este quadro. Por outro lado, a presença de inúmeros atores capazes de aportar apoio às experiências pode significar um potencial de articulação e reflexão a ser adensado. Somando-se a isso o histórico da ES na RMPA, é possível pensar que há massa crítica, tanto de empreendimentos quanto de apoiadores, capaz de apontar caminhos para superação do que chamamos neste texto a contradição fundamental da economia solidária.

Considerações finais

O presente texto apresentou a síntese de uma pesquisa que objetivava identificar as práticas e concepções teóricas que vêm orientando as redes de ES existentes na RMPA. O estudo foi feito a partir de dados empíricos coletados em 2013. O embasamento teórico problematiza algumas contradições presentes na análise do processo de desenvolvimento e (desejo de) expansão da ES, discutindo o conceito de redes como estratégia organizativa para dar conta dessas contradições e limites.

Os resultados apontam avanços tímidos, possivelmente ligados ao baixo grau de discussão e reflexão sobre o que de fato é, como e para que se articulam deliberadamente redes, como instrumento estratégico de organização do movimento. Entendemos que as considerações oferecidas no texto podem contribuir ao sistematizar algumas dessas reflexões iniciais. Esperamos que nossa iniciativa fomente debates futuros capazes de construir e aportar respostas teóricas, políticas e organizacionais para a situação problema que motivou a pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, RNC. 2007. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo, Cortez.
- BENINI EA; BENINI EG, 2010. *As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela Economia Solidária*. In: Organizações & Sociedade, v. 17, n.55, p.605-619.
- BRANDÃO, CR, 1984. A participação da pesquisa no trabalho popular. In: Carlos Rodrigues BRANDÃO (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, p. 223-252.
- BRANDÃO, CR, 1985. «Pesquisa – participar». In: Carlos Rodrigues BRANDÃO (org.). *Pesquisa participante*, 5ª. ed. São Paulo, Brasiliense, p.7-16.
- CALBINO, D; PAULA, AP, 2013. Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte. In: *Gestão Contemporânea*, n.14., p. Porto Alegre, FAPA.
- COSTA, PA (2011). *Trilhas e encruzilhadas das incubadoras de economia solidária: para onde vamos depois de tanto caminhar?* In: III Congresso da rede de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. [Anais]. Porto Alegre, UFRGS.
- FRANÇA FILHO, GC; LAVILLE, J-L, 2004. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre, UFRGS.
- FRANÇA FILHO, GC; CUNHA, EV, 2009. Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir do projeto eco-luzia e da metodologia da ITES/UFBA. In: *Organizações & Sociedade*. Salvador, UFBA, v.16, n.51, p.725-747.
- HIGA, w (s/d). *As redes de economia solidária: convergências e divergências entre a cidadania e a inovação tecnológica*. Texto eletrônico. Disponível em <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/willianhiga.pdf> >. Acesso em 11/12/2014.
- MANCIE, EA, 2001. *A revolução das redes : a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes.
- MANCIE, EA (2006). *A consistência das redes solidárias*. Texto eletrônico. Disponível em www.rits.org.br. Acesso em 21/11/2014.
- MEIRA, FB, 2014. *Liminal organization: organizational emergence within solidary economy in Brazil*. In: *Organization*, v. 21(5), p.713-729.
- MOURA, EPG; ZUCCHETTI, DT; MENEZES, MM, 2011. «Um ‘ajuntamento de gente»: percurso e os percalços de um fórum municipal de economia solidária». In: Margarete Pannerai ARAUJO; Neusa Maria Bongiovanni RIBEIRO (orgs.). *Economia solidária: experiências na extensão universitária*. Novo Hamburgo, Feevale, p.133-140.
- PRODANOV, CC; FREITAS, EC, 2009. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo, Feevale.
- SINGER, P (2000). Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: Paul SINGER; André Ricardo de SOUZA, 2000. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto.
- SINGER, P, 2002. *Introdução à economia solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.